

# A SÓCIO-ANTROPOLOGIA DAS COMUNIDADES DE PESCADORES MARÍTIMOS NO BRASIL

*Antonio Carlos Diegues*

Depois de um breve histórico das actividades pesqueiras no Brasil, ressaltando o papel dos pescadores portugueses no Brasil-colônia, o artigo assinala a importância das ciências sociais, particularmente da sociologia, da antropologia, da história e da geografia na análise das comunidades de pescadores ao longo do litoral brasileiro. Finalmente, o autor discute a existência de um campo novo de pesquisas interdisciplinares nas ciências sociais em torno da temática das comunidades piscatórias, que poderia ser intitulado de sócio-antropologia das comunidades de pescadores marítimos e que visa o estudo dos grupos sociais que vivem natural e simbolicamente do mar e da pesca.

## **A pesca e os pescadores no Brasil**

A pesca, praticada pelos índios, é uma atividade anterior à chegada dos navegadores portugueses ao Brasil, e peixes, crustáceos e moluscos eram parte importante de sua dieta alimentar. Os inúmeros sambaquis, depósitos de conchas encontrados em sítios arqueológicos ao longo do litoral atestam a importância da atividade da pesca e coleta.

Jean de Léry, calvinista, estudioso de teologia que em meados do século XVI participou da tentativa colonizadora francesa no Rio de Janeiro, descreve com detalhes a pesca praticada pelos índios Tupimbás. Ao longo do litoral, esses indígenas usavam canoas, pirogas cavadas em tronco de árvore e também piperis (igapebas), jangadas feitas de paus amarrados, ambas embarcações utilizadas na pesca litorânea.

Terminando, direi, ainda, a respeito do modo de pescar dos tupinambás, que além das flechas usam também espinhas à feição de anzóis, presas a linhas feitas de uma planta chamada tucom. Também penetram no mar e nos rios tem jangadas, a que chamam piperis: são feitas de cinco ou seis paus redondos. Quando o tempo está bom e os selvagens pescam separadamente, parecem de longe, tão pequenos se vêem, macacos ou melhor rãs, aquecendo-se ao sol em achas de lenha soltas na água... (Léry 1941: 148-149).

Além disso, Jean de Léry surpreendia-se com a facilidade com que os indígenas pescavam com as redes trazidas pelos europeus: "Se porventura os deixávamos manejar as redes, revelavam grande habilidade" (Léry 1941: 149).

Ainda no período colonial, além da pesca indígena de subsistência, organizou-se a pesca da baleia, que se constituía num monopólio da Coroa Portuguesa (Ellis 1969). A concessão dessa pesca era dada a pescadores portugueses e bascos. A mão-de-obra utilizada na captura da baleia era constituída sobretudo por escravos africanos (Langesdorf 1996), muitos dos quais negros libertos, sobretudo a partir do início do século XIX (Silva 1996). A importância dessa pesca era grande, sobretudo na Bahia, no litoral sul de São Paulo (Ilha do Bom Abrigo) e litoral de Santa Catarina, onde ainda hoje podem ser vistos os vestígios das diversas armações. A pesca da baleia somente terminou nos anos 70 com a desativação da empresa japonesa em Cabedelo (Paraíba), embora todas as armações baleeiras existentes tivessem terminado suas operações no litoral brasileiro em meados do século XIX, como resultado da competição com pescadores norte-americanos.

A atividade pesqueira deu origem a inúmeras culturas litorâneas regionais ligadas à pesca, entre as quais podem ser citadas: a do *jangadeiro*, em todo o litoral nordestino, do Ceará até o sul da Bahia; a do *caiçara*, no litoral entre o Rio de Janeiro e São Paulo; e o *açoriano*, no litoral de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Enquanto esses dois últimos tipos de pescadores estavam também ligados à atividade agrícola, os primeiros dependiam quase inteiramente da pesca costeira.

Nas primeiras décadas do século XX, a atividade pesqueira, antes vinculada à pequena produção assumiu, em algumas regiões, uma escala comercial de grande importância, como é o caso da pesca da sardinha por barcos que usavam uma grande rede de cerco, chamada de traina. Daí o nome de traineiras dado a essas embarcações, que começaram a pescar na Ilha Grande (Rio de Janeiro) e foram introduzidas pelos portugueses e espanhóis, utilizando uma tripulação de 15 a 20 homens. A primeira dessas redes foi introduzida por um pescador espanhol, que a trouxe pronta de seu país, por volta de 1910 (Bernardes 1958, Brito 1960).

Além dessa atividade pesqueira, realizada principalmente no litoral entre São Paulo e Rio de Janeiro, destacou-se também nas primeiras décadas do século XX a pesca realizada pelos descendentes dos pescadores açorianos que tinham chegado em meados do século XVIII para colonizar o extremo sul do Brasil, naquela época sob ameaça espanhola.

A pesca da sardinha, realizada em grande escala, deu origem também às primeiras indústrias de salga e secagem (depois enlatamento) no Rio de Janeiro e Santos, ao passo que as indústrias pesqueiras do Rio Grande do Sul, surgidas nas décadas de 20-30, processavam principalmente a merluza.

Na década de 60, o governo brasileiro decidiu implantar uma indústria pesqueira em base empresarial, através de incentivos fiscais concedidos pela recém-criada Superintendência do Desenvolvimento da Pesca – Sudepe. A maioria dessas empresas foi criada, sobretudo no litoral centro-sul do

Brasil, usando *trawlers* na captura do camarão para a exportação (Diegues 1983). Algumas dessas empresas foram criadas no Ceará, para a captura da lagosta. Nesse processo, surgia também um proletariado ligado à pesca e ao beneficiamento do pescado, em contraposição à pequena pesca artesanal, baseada no modelo de *companha* própria da pesca ibérica, de onde também se trouxe as “colônias de pescadores”, modelo de organização dos pescadores introduzido por volta de 1922 e semelhante às guildas espanholas.

A pesca industrial/empresarial teve seu auge na década de 70, passando por uma grave crise na década de 80, quando a maioria das indústrias fechou suas portas. Uma das causas principais dessa crise foi a rápida sobrepesca dos bancos de camarão e algumas espécies de peixes, além da recessão econômica que limitou o aporte dos recursos financeiros conseguidos facilmente pelas empresas. Uma parte das empresas pesqueiras do sul acabaram se transferindo para o litoral amazônico, sobretudo entre Pará e Maranhão, onde continuam explorando os bancos de camarão.

### As ciências sociais e a pesca no Brasil

Até a década de 60, o número de estudos e publicações sobre comunidades de pescadores brasileiros foi relativamente reduzido. No entanto é preciso destacar os trabalhos dos antropólogos Pierson e Teixeira (1947), *Survey de Icapara, uma Vila de Pescadores do Litoral Sul de São Paulo*, e de Gioconda Mussolini, *O cerco da tainha na Ilha de São Sebastião* (1945) e *O cerco Flutuante: uma rede de pesca japonesa que teve a ilha de São Sebastião como centro de difusão no Brasil* (1946), que descreveram o modo de vida e técnicas de pesca utilizadas pelos pescadores-caiçaras do litoral do Estado de São Paulo. A contribuição etnográfica de Mussolini foi importante para o entendimento das relações entre as comunidades caiçaras (oriundas da miscigenação entre o colonizador português, o índio e o negro), o mar, os estuários e a Mata Atlântica. Ela analisou também o processo de disseminação, entre os caiçaras, do cerco flutuante, aparelho de pesca introduzido pelos migrantes japoneses.

Entre 1950 e 1960 houve uma contribuição significativa dos geógrafos humanos que descreveram vários aspectos da distribuição e formas de vida dos pescadores entre o Rio de Janeiro e Santa Catarina (França 1954, Bernardes 1958, Brito 1960). Brito Soeiro, em *Agricultores e Pescadores Portugueses na Cidade do Rio de Janeiro* (1960) analisou a introdução da pesca de linha de fundo com caíques, introduzida pelos pescadores portugueses provenientes da Póvoa do Varzim.

O folclorista Luís da Câmara Cascudo, em *Jangadeiros* (1957) fez o primeiro estudo sistemático sobre a pesca da jangada no Nordeste e as comunidades de jangadeiros.

Pode-se afirmar que, com raras exceções, eram trabalhos mais descritivos e empíricos, sendo que, no final da década, apareceram alguns trabalhos dirigidos ao “estudo de comunidades” (Carvalho *et al.* 1969).

A partir do final da década de 60 e meados da de 70, alguns trabalhos de sociólogos e antropólogos ganharam densidade metodológica e teórica, enfocando sobretudo a questão das mudanças sociais entre os pescadores litorâneos. Nessa época, a pesca e as comunidades de pescadores começaram a ser percebidas dentro de um contexto mais amplo da sociedade nacional, da penetração das relações capitalistas no setor, dos conflitos entre pesca realizada nos moldes da pequena produção mercantil e a capitalista, etc.

O sociólogo Fernando Mourão, em seu trabalho *Pescadores do Litoral Sul do Estado de São Paulo* (1971), relaciona as mudanças ocorridas nas comunidades de pescadores dessa área com a emergência de uma nova racionalidade, a de mercado. A emergência da racionalidade característica do sistema de mercado foi concomitante ao surgimento de um novo estrato social (o dos pescadores artesanais com embarcações motorizadas que exploram o “mar-de-fora”) e ambos decorreram de mudanças no sistema de comercialização do pescado – especialmente fixação de um preço de mercado –, que levou também, em menor grau, à introdução de novas técnicas de captura.

O autor utiliza um instrumental de análise weberiano, contrastando o comportamento não-orientado pela dinâmica do mercado – próprio dos “pescadores-sitiantes” – com o comportamento racional, orientado pelas demandas do mercado – a dos pescadores artesanais “profissionais” que exploram sobretudo o mar-aberto com a ajuda dos recém-introduzidos motores-de-centro (década de 60). É nesse novo estrato – o dos pescadores artesanais motorizados – que o autor encontra uma certa ideologia da pesca, caracterizada pela identificação com o mar, em que a gratificação do trabalho aumenta não só pelas maiores quantidades capturadas, mas pelo domínio do mar, pelo prazer do saber-fazer.

Mourão, em uma análise minuciosa das diversas comunidades, constata também os conflitos entre os estratos inovadores dos pescadores artesanais motorizados e as “classes altas” locais (no caso de Cananeia, SP). O domínio dessas últimas começaria a se romper com o surgimento de estratos inovadores ligados à pesca motorizada, do comerciante-inovador de pescado que financia a produção e de uma nova classe média de origem externa à cidade de Cananeia (SP).

Antonio Carlos Diegues, em *Pesca e Marginalização no Litoral Paulista* (1973) e *Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar* (1983), usando um enfoque da antropologia econômica, analisou as relações conflituosas entre a pesca artesanal e a pesca empresarial em termos de modo de produção,

enfocando os aspectos sócio-políticos da emergência das empresas pesqueiras no país. Um dos aspectos importantes do trabalho é a análise da articulação e dependência da pesca artesanal em relação à empresarial, devido à desorganização da pesca artesanal, principalmente entre os pescadores do litoral norte do Estado de São Paulo.

O antropólogo norte-americano Shepard Forman, em seu livro *The Raft Fishermen* (1970), preocupou-se, fundamentalmente, com a mudança social e a tradição numa vila de jangadeiros, Coqueiral, no litoral de Alagoas.

Forman afirma que os jangadeiros de Coqueiral eram inventivos e que adotavam inovações desde que estas os beneficiassem diretamente e que não apresentassem grandes riscos aos que viviam num patamar mínimo de sobrevivência. Essas inovações incluíam, por exemplo, a introdução de redes mais eficientes. Para o autor, apesar do caráter tradicional da atividade pesqueira, as mudanças ocorriam vagarosamente, sendo acompanhadas de novas relações econômicas, particularmente por uma distribuição de riquezas que se dá, em geral, em detrimento dos pescadores.

Em Coqueiral, os senhores locais (*bigwigs*) manipulavam o ambiente natural e social segundo seus interesses e, para controlar a força-de-trabalho, exacerbavam as tensões que existiam numa comunidade incipientemente estratificada. Eles ditavam os códigos de conduta e controlavam o mercado de pescado.

Kottak realizou uma análise diacrônica dos processos de mudança na comunidade baiana de Arambepe, através de dois trabalhos: o primeiro foi publicado em 1966 – *The Structure of Equality in a Brazilian Fishing Community* – e o segundo em 1983 – *Assault on Paradise*. O autor parte do princípio que a comunidade estudada era relativamente isolada em 1965, com alto grau de homogeneidade social marcada pela presença da solidariedade familiar no trabalho de pesca e na vida social como um todo. Além disso, não havia ainda estratificação social, sendo também uma comunidade auto-suficiente na produção de alimentos.

Num primeiro retorno a Arambepe, em 1973, o autor já havia notado grandes transformações motivadas sobretudo pela implantação da Tilbras, indústria química criminosamente instalada próxima da praia, que passou a degradar o meio ambiente costeiro. Dada a beleza das praias e da paisagem, e também a proximidade de Salvador, a comunidade passou a ser muito procurada pelos turistas. A introdução dos barcos a motor tinha beneficiado sobretudo pessoas fora do setor pesqueiro e alguns poucos já proprietários.

Em sua última estadia na comunidade, em 1980, a situação tinha se transformado ainda mais, sobretudo pela abertura de uma estrada asfaltada ligando Arambepe a Salvador. Com ela, o turismo se intensificou ainda mais e se transformou na atividade mais importante na comunidade. Nesse ano, o número de pescadores tinha se reduzido a metade em relação a 1973 e a

atividade tinha sofrido grandes transformações, com a introdução da pesca empresarial-capitalista, que usava sobretudo a força-de-trabalho migrante, exterior à comunidade. Inúmeras famílias passaram a viver de serviços a turistas (aluguel de casas, embarcações).

Uma outra contribuição importante na análise da mudança em comunidades de pescadores artesanais foi dada por Luís Fernando Duarte, em seu trabalho *As Redes do Suor* (1978). O autor procurou analisar os mecanismos ideológicos existentes na trajetória de mudança entre a organização da pesca artesanal, centrada no modelo de companhia, que marca a cooperação entre os pescadores artesanais da canoa, e a emergência de uma nova divisão de trabalho, que passou a existir na pesca das grandes unidades de captura e pesca de sardinhas: as traineiras. Duarte analisou, em profundidade, a reprodução social dos pescadores de canoa e os impactos sobre ela causados pela imposição de um novo modelo de cooperação na produção das traineiras na comunidade de Jurujuba (RJ). Ele estudou o problema da identidade dos pequenos pescadores, centrada no modelo de companhia, situada no passado como referencial de legitimidade comum.

Nesse sentido, o mundo da desordem, introduzido pela produção capitalista que avilta o trabalho, o conhecimento do mar e seus ciclos, só poderia ser alterado com a volta ao modelo de companhia que, por sua vez, tampouco existe mais como no passado.

Até a década de 80, grande parte das teses dos cientistas sociais sobre a pesca e as comunidades de pescadores era produzida em instituições de pesquisa do sul do país, mas a partir de então houve uma maior diversificação geográfica desses trabalhos.

O surgimento da pesca industrial-capitalista no litoral norte do Brasil – e os conflitos daí decorrentes – foi uma das causas de uma crescente produção científica, centrada no Museu Emílio Goeldi e na Universidade Federal do Pará. O cientista político Alex Fiúza de Mello, em *A Pesca sob o Capital: a Tecnologia a Serviço da Dominação* (1985), analisou as consequências das inovações tecnológicas na pesca costeira amazônica em termos de poder e dominação. Já a antropóloga Lourdes Furtado, em *Currálistas e Redeiros de Marudá: Pescadores do Litoral do Pará* (1987) estudou as técnicas e a organização social dos pescadores do litoral nordeste do Estado do Pará.

Esses trabalhos, assim como os de Violeta Loureiro (*Os parceiros do Mar: natureza e conflito social na pesca da Amazônia*, 1985), de Maria Angélica Maués (*A literatura oficial sobre a pesca na Amazônia: uma tentativa de revisão crítica*, 1980), de Maria Eunice Penner (*Dialética da atividade pesqueira no Nordeste Amazônico*, 1984), de Lourdes Furtado, Wilma Leitão e Alex Fiúza de Mello (*Povos das Águas, realidade e perspectivas na Amazônia*, 1993) apontam todos, por caminhos analíticos e descritivos diferenciados, em vários locais (litoral do Pará, principalmente), o mesmo processo de transformação da

economia pesqueira tradicional pela ação das indústrias pesqueiras, em geral vindas do sul do país. Estas, depois de exaurirem os recursos vivos do mar de alto valor no mercado, como o camarão, deslocaram-se com frotas e fábricas de processamento para o norte, onde se situam grandes bancos pesqueiros. Esse processo de modernização e pilhagem da natureza, iniciada já nos anos 60, acentuou-se nas décadas subseqüentes numa violência nunca dantes constatada nesse país. Se, num primeiro momento, essas indústrias usaram suas próprias embarcações para a pesca intensiva de espécies comerciais voltadas para a exportação (camarão, piramutaba, etc.), num segundo momento passaram a explorar também as áreas reservadas para a pequena pesca. A modernização e a inovação tecnológica da pesca artesanal, como afirma Mello (1985), não foi uma estratégia neutra, mas respondeu a uma estratégia da grande empresa que teve assim seus custos diminuídos. Essa articulação com a empresa capitalista não foi, no entanto, despida de conflitos sérios com a pesca artesanal, resultando tanto na pilhagem desenfreada dos recursos naturais, causadora de uma grande mortandade de peixes miúdos pelo arrasto, como na destruição dos aparelhos de pesca tradicionais.

Além disso, é necessário se mencionar os trabalhos da antropóloga Simone Maldonado que, em *Pescadores do Mar* (1986) e *Entre Dois Meios* (1991), analisou a questão do saber, da territorialidade e do segredo entre os pescadores da Paraíba.

Ainda no litoral sul brasileiro deve-se destacar os trabalhos da antropóloga Lúcia Helena Cunha (*Entre o Mar e a Terra: Tempo e Espaço na Pesca em Barra da Lagoa*, 1987), da antropóloga Anamaria Beck (*Lavradores e Pescadores: um Estudo sobre o Trabalho Familiar e Trabalho Acessório*, 1979), e da socióloga Celia Maria e Silva, em seu livro *Ganchos: Ascensão e Decadência da Pequena Produção Mercantil Pesqueira* (1992), que analisam as formas pelas quais os pescadores artesanais usam o espaço costeiro e a desorganização das comunidades pesqueiras de Santa Catarina.

Em 1986 alguns cientistas sociais se reuniram em Brasília no *I Encontro de Ciências Sociais e o Mar*, para trocar informações sobre pesquisas realizadas no âmbito das populações humanas e o mar. Esses encontros continuaram a se realizar em 1988 e 1989 na Universidade de São Paulo, organizados pelo NUPAUB/CEMAR (Centro de Culturas Marítimas). Nesses encontros participaram antropólogos, lingüistas, cientistas políticos, sociólogos, etc. Em 1990 realizou-se, no Museu E. Goeldi, em Belém do Pará, o *IV Encontro de Ciências Sociais e o Mar*. De todos esses encontros foram publicadas atas contendo inúmeros trabalhos nas várias disciplinas das ciências humanas.

Na década de 90 diversas teses foram escritas sobre o tema, devendo-se ressaltar o trabalho do historiador Luís Geraldo Silva *A Faina, a Festa e o Rito: Gentes do Mar e Escravidão no Brasil* (1996), em que analisa o papel dos

escravos libertos na atividade pesqueira do século XVII ao século XIX. Esse mesmo autor também publicou *Caiçaras e Jangadeiros: cultura marítima e modernização no Brasil* (1993), ressaltando o papel da mobilização dos pescadores artesanais na organização de entidades de classe mais democráticas.

Também nesta década foram realizados trabalhos que enfocaram as consequências de políticas públicas de conservação da natureza (estabelecimento de áreas naturais protegidas) sobre as comunidades de pescadores artesanais. Em *O Mito Moderno da Natureza Intocada*, de Antonio Carlos Diegues (1996), *O Nosso Lugar Virou Parque*, de Antonio Carlos Diegues e Paulo Nogara (1994) e na tese de mestrado de Lea Maria Thomaz, *Representações Sociais dos Nativos da Ilha de Mel* (1997), foram analisados os impactos da implantação dessas áreas protegidas sobre o modo de vida das comunidades de pescadores costeiros.

Os impactos do turismo sobre as comunidades de pescadores artesanais também tornou-se um tema importante para os cientistas sociais. Sobre esse assunto pode-se ressaltar a tese de mestrado da antropóloga Maria del Carmen Calvente (1993), *No Território do Azul-Marinho – a Busca do Espaço Caiçara*, em que a autora analisa os conflitos gerados com o desenvolvimento do turismo na Ilhabela. O trabalho do antropólogo Steve Plante, *Espaço, Pesca e Turismo em Trindade* (1997), avalia os impactos do turismo sobre a comunidade caiçara de Trindade, no Rio de Janeiro.

Finalmente, na coletânea *Ilhas e Sociedades Insulares*, organizada por Antonio Carlos Diegues (1997), vários cientistas sociais analisam os vários processos sócio-culturais em que os pescadores-ilhéus estão envolvidos.

## **Elementos para uma Sócio-Antropologia das comunidades de pescadores marítimos**

A quantidade e a diversidade dos trabalhos sobre comunidades de pescadores publicados no Brasil apontam para a construção de um campo específico do conhecimento nas ciências sociais que poderia ser intitulado: Sócio-Antropologia Marítima (ou da Pesca). Em alguns dos autores citados (Maldonado 1986, Diegues 1995) aparece a preocupação em analisar as comunidades de pescadores como distintas das demais comunidades rurais que praticam a agricultura.

Até recentemente, essas comunidades marítimas eram estudadas com a utilização de conceitos e metodologias aplicadas às sociedades agrícolas ou rurais (Diegues 1995). A partir da década de 70 começou a se desenvolver uma área específica do conhecimento nas ciências humanas intitulada Antropologia Marítima, Sócio-Antropologia Marítima, ou ainda Antropologia da Pesca.



A Antropologia Marítima é hoje um campo de pesquisa especializado de estudo etnológico sobre comunidades que vivem do mar, especialmente da pesca. A construção desse campo disciplinar é recente e o verbete “Antropologia Marítima” apareceu pela primeira vez em 1992, no prestigiado *Dictionnaire de l’Ethnologie et de l’Anthropologie*, publicado pelas Presses Universitaires de France, sob direção de Pierre Bonte e Michel Izard. Segundo Geistdoerfer, a Antropologia Marítima estuda a variedade e a complexidade dos sistemas técnicos, sociais e simbólicos elaborados pelas populações litorâneas no processo de apropriação do espaço marinho que daí retiram sua subsistência. A autora estuda, portanto, o modo de vida da *gente do mar*, no que ele apresenta de específico e particular, em contraste com o modo de vida das populações continentais, com as quais as comunidades marítimas mantêm relações sociais estreitas. Ainda segundo Geistdoerfer (1989), pode-se falar em sociedades marítimas em relação a determinações gerais ligadas à localização geográfica ou ao tipo de atividades humanas, às quais estão associados saberes técnicos particulares (conhecimento do meio marinho, da fauna e da flora, técnicas de fabricação de embarcações, de navegação).

Casteel e Quimby (1975) definem a Antropologia Marítima como o estudo de culturas, sociedades e subculturas marítimas no contexto da Antropologia. O estudo de qualquer cultura, sociedade ou subcultura marítimas nas várias disciplinas em que se divide a Antropologia (Etnologia, Arqueologia, Antropologia Social, etc.) pode ser considerado Antropologia Marítima. Por *marítima* entende-se do ou pertencente ao mar e esta subdisciplina abrange vasta gama de fenômenos culturais.

Alguns antropólogos preferem falar em *antropologia das sociedades de pescadores ou haliêuticas*. Collet (1993) assinala a especificidade desse mundo marítimo/haliêutico e as dificuldades em estudá-lo:

A pesquisa no mundo haliêutico se parece com a superfície do mar em que tudo se apaga. Ao contrário das sociedades agrárias, as quais, com pouca ou nenhuma escritura, são ricas em arquivos (a terra que produz as colheitas é uma realidade bem tangível...), são raros os arquivos dos mestres-pescadores; a própria raridade não é outra coisa que a expressão de um mundo efêmero que se reflete também nas ciências humanas, por muito tempo voltadas somente para o mundo rural. Em consequência, os traços das sociedades haliêuticas não são objeto de estudo sistemático, exceto na Europa do Norte, e por uma razão muito simples: pela prodigiosa quantidade de recursos haliêuticos (Collet 1993: 25).

Existe também um debate sobre o caráter da Antropologia Marítima como subdisciplina no interior da Antropologia ou como simples campo de investigação antropológica. A maioria dos antropólogos interessados pelo tema prefere falar em campo específico de interesse e investigação (Galván

1984, Geistdoerfer 1989, Pascual Fernandez 1991), porque exige técnicas de observação e formas de análise particulares, diferenciadas das antropologias das sociedades camponesas e operárias. Somos da opinião que a Antropologia Marítima ou da pesca, como subdisciplina no interior da Antropologia, está em processo de constituição, possuindo um conjunto de temas, técnicas de observação e um grupo crescente de pesquisadores.

Entre as principais características responsáveis pela diversidade das sociedades marítimas estão a valorização positiva ou negativa do mar, o modo de organização econômica e social, o lugar reservado às atividades pesqueiras na economia, o modo de integração das comunidades litorâneas na sociedade mais ampla e o caráter simbólico das relações com o mar.

Geistdoerfer (1989) também nota que o *particularismo* social e cultural das sociedades marítimas é reforçado quando estas habitam as ilhas.

Os estudos de sociedades de pescadores se iniciaram já nos inícios da Etnologia, quando os pesquisadores ingleses começaram a fazer ciência com base em trabalhos de campo. Assim, Malinowski publicou em 1922 a clássica monografia *Os Argonautas do Pacífico*, criticando os antropólogos evolucionistas que viam na pesca um estágio civilizatório anterior à agricultura e à sedentarização. A partir dessa perspectiva funcionalista, ele estudou a sociedade dos insulares tobriandeses, particularmente o *kula* (troca ritual de bens) realizado no âmbito da navegação entre as ilhas da Polinésia (Malinowsky 1992). Suas análises sobre as funções das crenças religiosas, dos mitos e da magia contribuíram decisivamente para consolidar um novo campo do conhecimento humano: a Antropologia.

Outro pesquisador que contribuiu decisivamente para a construção da Antropologia foi Raymond Firth, também funcionalista, que publicou em 1946 *Os Pescadores Malaios*. Nesse trabalho, Firth utilizou indistintamente os conceitos de economia dos pescadores e economia camponesa. Segundo este autor, ambas as economias apresentam analogias estruturais e a sociedade dos pescadores foi tratada como parte da sociedade camponesa. No entanto, em trabalho posterior, *Social Structure and Peasant Theory* (1970), Firth fez uma diferenciação entre o camponês e o pescador, baseada no tipo de acesso aos recursos naturais.

Deve-se notar, como enfaticamente afirmam Breton e Estrada (1989), que esses primeiros antropólogos não estavam interessados em estudar especificamente as sociedades insulares (Malinowski) ou as sociedades marítimas dos pescadores (Firth). O interesse de ambos era teórico, dirigido à elaboração de novas metodologias (pesquisa de campo, método funcionalista) e a fazer avançar teoricamente a Antropologia.

A inserção das sociedades marítimas e de pescadores artesanais no mundo camponês, como havia feito inicialmente Firth, causou muito debate entre antropólogos e sociólogos. Wolf (1966) afirma que as comunidades de

pescadores marítimos são diferentes das camponesas porque estas produzem um fundo de renda apropriado por um produtor. Forman (1970), no entanto, afirma que esse fundo de renda também existe entre os pescadores artesanais e é constituído pelo imposto que pagam às colônias de pescadores. Em trabalhos anteriores (Diegues 1983, 1995), diferenciamos sociedade dos pescadores e sociedade camponesa, apesar de ambas estarem inseridas na pequena produção mercantil. Nesses trabalhos, foi ressaltado o *particularismo* da gente do mar, seu modo de vida específico marcado por práticas sociais e culturais diferenciadas das camponesas. Essas práticas e modos de vida se constroem em relação a um meio tanto física quanto socialmente instável e imprevisível. O mar, espaço de vida dos pescadores marítimos, é marcado pela fluidez das águas e de seus recursos, pela instabilidade contínua provocada por fatores meteorológicos e oceanográficos, pela variação e migração das espécies, seus padrões de reprodução, migração, etc. A vida no mar é também marcada não só por contingências naturais, mas por temores e medos, acidentes e naufrágios, pela flutuação dos preços e pela extrema perecibilidade do pescado que, uma vez capturado, deve ser vendido rapidamente, o que obriga o pescador a acertos particulares de comercialização que, usualmente, lhe são desfavoráveis.

Os estudos de caráter antropológico e sociológico, a partir da década de 70, tanto no Brasil quanto no exterior, começaram a indicar as limitações teóricas e metodológicas encontradas na análise das sociedades marítimas oriundas da aplicação dos conceitos próprios das sociedades camponesas. Como afirma Geistdoerfer (1989), os conceitos utilizados até hoje para analisar as sociedades camponesas, como a função da família na reprodução social, o salário e a propriedade, dificilmente se aplicam à realidade social marítima e às práticas da *gente do mar*. As comunidades marítimas se constituem pela prática da gente do mar num ambiente natural marcado pelo risco, pelo perigo e pela instabilidade. No entanto, afastando-se do perigo do determinismo geográfico, Geistdoerfer (1989) afirma que os homens do mar souberam colocar em prática sistemas sociais, econômicos e religiosos destinados a ocupar, explorar, gerir e imaginar o mar e os seus recursos. Esses sistemas podem ser parcial ou inteiramente diferenciados dos empregados pelas sociedades continentais e atribuem às características naturais do oceano uma dimensão antropológica:

As práticas sócio-culturais da gente do mar, o conjunto de comportamentos, reúnem aquilo que denominamos por “técnico”, “simbólico”, “social”, “econômico”, “ritual”. Essas práticas são marcadas, de maneira original, por essas “propriedades naturais” do mar, socializadas pela aplicação dos diferentes sistemas. Mas segundo o valor social, econômico ou simbólico que as comunidades dão ao mar e aos seus recursos, o conjunto de práticas sócio-culturais dessas comunidades pode ser marcado de forma diferenciada (Geistdoerfer 1989: 7).

Entre os vários aspectos que constituem o *particularismo* da gente do mar sobressaem os aspectos simbólicos, mágicos e rituais de que se reveste, em muitas culturas marítimas, a relação homem/mar. Esses aspectos simbólicos variam de cultura para cultura. Enquanto nos países ocidentais o oceano constitui um objeto de medo e terror, em algumas sociedades do sul do Pacífico o espaço marítimo é o *locus* de vida, um ser vivo com o qual é preciso se conciliar antes de nele se adentrar. As sociedades marítimas do Pacífico, mais do que outras, desenvolveram mitos e ritos relativos ao mar e aos seres vivos que nele habitam. Nas sociedades ocidentais, esses mitos e ritos estão em desaparecimento, do ponto de vista coletivo, mas alguns deles ainda persistem do ponto de vista individual.

De um lado, há os rituais de acesso ao mar, e de outro, os de acesso aos recursos que nele existem. Na Polinésia, por exemplo, o mar está na origem das ilhas e das sociedades. Cada lugar no oceano, cada ilha é marcada pelo aparecimento ou moradia dos ancestrais míticos (Geistdoerfer 1989).

Quando entram no mar, os pescadores, por exemplo, devem abandonar o que vem da *terra* para se proteger; quando chegam do mar devem abandonar o que receberam do mar, para se reintegrar na sociedade dos *continentais*, sem os contaminar. Hoje, os rituais coletivos de proteção da gente do mar (procissões, oferendas, ex-votos) estão desaparecendo, mas permanecem ainda certas práticas como evitar a presença, no barco, de certas categorias de pessoas (religiosos, mulheres), não usar certas palavras e comportamentos enquanto navegam durante a noite.

Yvan Breton (1981) foi um dos primeiros antropólogos a fazer uma revisão crítica da Antropologia Marítima, estudando o nascimento desse campo disciplinar, sua história e suas bases epistemológicas. Ele afirma que a Antropologia Marítima até então havia se contentado em utilizar, em sua análise, metodologias desenvolvidas em outros campos disciplinares, aplicando os formalismos da Antropologia Econômica, da Ecologia, esquecendo de realizar uma reflexão própria sobre as especificidades das sociedades marítimas.

Alberto Galván (1984), ainda que se concentrando na Antropologia da Pesca, analisa os vários modelos e óticas por meio das quais foram realizados estudos dentro desse campo de pesquisa. Entre os vários enfoques citados, esse autor distingue a Etnometodologia ou a antropologia simbólica, a ecologia dos sistemas, a ecologia processual e o enfoque marxista.

Na antropologia simbólica distinguem-se os trabalhos que estudam a pesca como um sistema cultural, explorando a autopercepção do pescador, a percepção do espaço e do tempo, a estrutura da autoridade, a dualidade barco-terra, colocando como tema central *a sorte*, em torno da qual giram os vários aspectos da vida dos pescadores. Dadas as incertezas, os impon-

deráveis climáticos e de mercado, cria-se entre a sociedade dos pescadores uma psicologia particular e um certo apego à vida do mar, que dificulta sua inserção em terra. O contrário da *sorte* é o *fracasso*, como pertencente a um contexto indefinido que começa onde termina o controle da realidade marítima.

Centros de Antropologia/Sociologia Marítima surgiram recentemente no Canadá, França e Holanda. Em Paris, o Centro de Etno-Tecnologia em Meio-Aquático foi fundado em 1970 por pesquisadores em Ciências Humanas no Museu Nacional de História Natural. Esse centro tem por função reunir aqueles que estudam diferentes aspectos da vida dos pescadores, a fim de confrontar orientações, métodos e conhecimentos. O centro reúne principalmente antropólogos, etnólogos, sociólogos, historiadores, com várias pesquisas em curso.

Já os pesquisadores de Amsterdão estão reunidos em torno da revista *Maritime Anthropological Studies* (MAS) que começou sua publicação em 1988.

Mais recentemente antropólogos e sociólogos brasileiros têm produzido trabalhos que acenam para uma sociologia e antropologia das comunidades marítimas. Baseiam-se eles na especificidade das comunidades de pescadores: em suas relações com o meio ambiente particular, o mar, no seu mundo de valores e ideologias decorrentes dessas relações com o mundo natural e também com a sociedade mais ampla, a nível regional e nacional. Parte desses pesquisadores estão associados ao CEMAR, Centro de Culturas Marítimas, da Universidade de São Paulo, onde, em associação com o Programa de Pósgraduação em Ciência Ambiental tem sido ministrado um curso sobre Antropologia Marítima. Além disso, o CEMAR tem desenvolvido e publicado vários estudos sobre as comunidades de pescadores brasileiros e organizou um centro de documentação e teses sobre o tema. Outros grupos de antropólogos que tratam da Antropologia Marítima e da pesca estão dispersos pelo extenso litoral brasileiro, tendo sobressaído pelos seus trabalhos o Departamento de Antropologia do Museu Goeldi, em Belém do Pará, e o da Universidade Federal da Paraíba, em João Pessoa.

#### BIBLIOGRAFIA

- BECK, Anamaria, 1979, *Lavradores e Pescadores: um Estudo sobre o Trabalho Familiar e Trabalho Acessório*, Florianópolis, UFSC, dissertação de mestrado.
- BERNARDES, S., 1958, "A Pesca no Litoral do Rio de Janeiro", *Revista Brasileira de Geografia*, n.º 1/ano XII, 21-52.
- BRETON, Yvan, 1981, *Les Sociétés de Pêcheurs*, vol.5, Quebec, Université Laval.
- BRETON, Yvan, y E. L. ESTRADA, 1989, *Ciências Sociales y Desarrollo de las Pesquerías: Modelos y Métodos Aplicados al Caso de México*, México, Instituto Nacional de Antropología e Historia.
- BRITO, S., 1960, "Agricultores e Pescadores Portugueses na Cidade do Rio de Janeiro", *Estudos, Ensaios e Documentos*, Lisboa.
- CALVENTE, Maria del Carmen, 1993, *No Território do Azul-Marinho: a Busca do Espaço Caiçara*, São Paulo, USP, dissertação de mestrado.

- CÂMARA CASCUDO, L. da, 1957, *Jangadeiros*, Rio de Janeiro, Ministério de Educação e Cultura.
- CARVALHO, A., et al., 1969, *Comunidades Isoladas*, São Paulo, Serviço do Vale do Ribeira.
- CASTEEL, R., e J. QUIMBY, 1975, *Maritime Adaptations of the Pacific*, Haia, Mouton.
- CORDELL, J., 1967, "The Lunar Tide Fushing Cycle in Northeastern Brazil", *Ethnology*, 13, 45-61.
- COLLET, S., 1993, *Uomini e Pesce: la Caccia al Pesce Spada tra Scilla e Cariddi*, Milano, Giuseppe Maimone.
- CUNHA, Lúcia Helena, 1987, *Entre o Mar e a Terra: Tempo e Espaço na Pesca em Barra da Lagoa*, São Paulo, PUC, dissertação de mestrado.
- DIEGUES, Antonio Carlos (org.), 1973, *A Pesca no Litoral Sul de São Paulo*, São Paulo, FFLCH/USP, dissertação de mestrado.
- , 1983, *Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar*, São Paulo, Ática.
- , 1995, *Povos e Mares: Leituras em Sócio-Antropologia Marítima*, São Paulo, Nupaub.
- , 1996, *O Mito Moderno da Natureza Intocada*, São Paulo, Hucitec.
- , 1997, *Ilhas e Sociedades Insulares*, São Paulo, Nupaub.
- DIEGUES, Antonio Carlos, e R. SALLES (orgs.), 1988, "Ciências Sociais e o Mar no Brasil", *II Encontro de Ciências Sociais e o Mar no Brasil*, São Paulo, NUPAUB-USP.
- DIEGUES, Antonio Carlos, e Paulo NOGARA, 1994, *O Nosso Lugar Virou Parque*, São Paulo, Nupaub.
- DUARTE, F., 1978, *As Redes do Suor: a Reprodução Social dos Pescadores da Produção do Pescado em Jurujuba, Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, UFRJ, dissertação de mestrado.
- ELLIS, M. A., 1969, *A Baleia no Brasil Colonial*, São Paulo, Melhoramentos.
- FIRTH, Raymond, 1946, *The Malay Fishermen: their Peasant Economy*, Londres, Archon Books.
- , 1970, "Social Structure and Peasant Economy: the Influence of Social Structure upon Peasant Economies", WHARTON, S., *Subsistence Agriculture and Economic Development*, Nova Iorque, Frank Less.
- FORMAN, S., 1970, *The Raft Fishermen: Tradition and Change in the Brazilian Peasant Economy*, Indiana, Indiana University Press.
- FRANÇA, A., 1954, "A Ilha de São Sebastião: Estudo de Geografia Humana", *Boletim de Geografia*, 10, 5-155.
- FURTADO, Lourdes, 1987, *Currulistas e Redeiros de Marudá: Pescadores do Litoral do Pará*, Belém, Museu Emílio Goeldi.
- FURTADO, Lourdes, Wilma LEITÃO, e Alex Fiúza de MELLO, 1993, *Povos das Águas: Realidade e Perspectivas na Amazônia*, Belém, PR/MCT/CNPq – Museu Emílio Goeldi.
- GALVÁN, Alberto, 1984, *La Antropología de la Pesca: Problemas, Conceptos y Teorías*, Santiago de Compostela, Actas del Colloquio de Etnografía Marítima, inedito.
- GEISTDOERFER, A., 1989, *Anthropologie Maritime: Appropriation Technique, Sociale et Symbolique des Ressources Maritimes*, Paris, CNRS.
- KOTTAK, C., 1966, *The Structure of Equality in a Brazilian Fishing Community*, Columbia, Columbia University Press.
- , 1983, *Assault on Paradise*, Michigan, Ann Arbor University of Michigan Press.
- JORION, P., 1983, *Les pêcheurs d'Houat*, Paris, Herman.
- LABERGE, J., 1988, "As Naturezas do Pescador", DIEGUES, A. C., e R. SALLES, *II Encontro de Ciências Sociais e o Mar*, São Paulo, Nupaub/USP.
- LANGESDORF, G., 1996, "Anotações de uma viagem em torno da terra (1803-1807)", *Ilha de Santa Catarina: relato de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX*, Florianópolis, Editora Lunardeli/Universidade Federal de Santa Catarina, 157-184.
- LÉRY, Jean de, 1941, *Viagem à Terra do Brasil*, S. Paulo, Livraria Martins Editora.
- LOUREIRO, Violeta, 1985, *Os Parceiros do Mar: Natureza e Conflito Social na Pesca da Amazônia*, Belém, Museu Emílio Goeldi.
- MALDONADO, Simone, 1986, *Pescadores do Mar*, São Paulo, Ática.
- , 1991, *Entre dois Meios*, Brasília, UnB, tese de doutoramento.
- MALINOWSKI, B., 1992, *Argonauts of the Western Pacific*, Illinois, Waveland Press.
- MAUÉS, Maria Angélica, 1980, *A Literatura Oficial sobre a Pesca na Amazônia: uma Tentativa de Revisão Crítica*, Belém, NAEA/UFGA.
- MELLO, A. F., 1985, *A Pesca sob o Capital: a Tecnologia a Serviço da Dominação*, Belém, UFPA.
- MOURÃO, F., 1967, *A Pesca no Litoral Sul do Estado de São Paulo: O Pescador Lagunar de Iguape-Cananéia*, São Paulo, USP, dissertação de mestrado.
- , 1971, *Pescadores do Litoral Sul do Estado de São Paulo*, São Paulo, FFLCH-USP, tese de doutoramento.
- MUSSOLINI, G., 1945, "O Cerco da Tainha na Ilha de São Sebastião", *Revista de Sociologia*, 7 (3), 135-147.
- , 1946, "O Cerco Flutuante: uma Rede de Pesca Japonesa que Teve a Ilha de São Sebastião como Centro de Difusão no Brasil".

- PASCUAL FERNANDEZ, J., 1991, *Antropologia Marítima, Historia, Ecologia, Organización Social y Cambio Económico*, Madrid, Ministerio de Pesca.
- PENNER, Maria E., 1984, *Dialética da Atividade Pesqueira no Nordeste Amazônico*, Belém, UFBA, dissertação de mestrado.
- PIERSON, D., e C. TEIXEIRA, 1947, "Survey de Icapara", *Sociologia*, 9, 50-79.
- PLANTE, Steve, 1997, *Espaço, Pesca e Turismo em Trindade*, São Paulo, Nupaub.
- SILVA, G., 1988, "Tudo o que tem na Terra tem no Mar. A Classificação dos Seres Vivos entre os Trabalhadores da Pesca em Piratininga", DIEGUES, A. C., e R. SALLES, *II Encontro de Ciências Sociais e o Mar*, São Paulo, Nupaub/USP.
- SILVA, Luís Geraldo, 1993, *Caiçaras e Jangadeiros: Cultura Marítima e Modernização no Brasil*, São Paulo, Nupaub.
- , 1996, *A Faína, a Festa e o Rito. Gentes do Mar e Escravidão no Brasil (séc. XVII ao XIX)*, São Paulo, USP, tese de doutoramento.
- SILVA, Celia Maria e, 1992, *Ganchos: Ascensão e Decadência da Pequena Produção Mercantil Pesqueira*, Florianópolis, UFSC.
- THOMAZ, Lea M., 1997, "Representações Sociais dos Nativos da Ilha do Mel", DIEGUES, Antonio Carlos (org.), *Ilhas e Sociedades Insulares*, São Paulo, Nupaub.
- WOLF, P., 1966, *Peasants*, Englewood Cliffs, Prentice Hall.

### *Antonio Carlos Diegues*

#### THE SOCIO-ANTHROPOLOGY OF BRAZILIAN MARITIME FISHING COMMUNITIES

*Following a brief history of Brazilian fishing activities, this article signals the importance of the social sciences and particularly of sociology, anthropology, history and geography in the analysis of fishing communities along the Brazilian coast. The author then discusses the existence of a new field of interdisciplinary social science research done around the theme of fishing communities that could be called the socio-anthropology of maritime fishing communities. Its aim is to study those social groups which live actually or symbolically from the sea and fishing.*

Centro de Culturas Marítimas – CEMAR/NUPAUB  
Universidade de São Paulo (Brasil)  
adiegues@usp.br

